

HABEAS CORPUS Nº 567.814 - PR (2020/0072372-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : GERSON DE ANDRADE JUNIOR
ADVOGADO : GERSON DE ANDRADE JUNIOR - PR073324
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ANA CLAUDIA GONCALVES DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : JANAÍNA FERNANDES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANA CLAUDIA GONCALVES DA SILVA e JANAÍNA FERNANDES DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 0013332.18.2020.8.16.0000, manteve a segregação cautelar das ora pacientes, decretada pelo Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Santa Fé/PR.

Consta dos autos a prisão em flagrante das pacientes em **11/12/2019**, decorrente de suposta prática, em concurso de 3 (três) agentes, dos delitos capitulados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/06, ulteriormente homologada e convertida em preventiva, na forma do art. 310, inciso II, do CPP.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação cautelar das pacientes, não reincidentes, está pautada, tão somente, na gravidade abstrata delitiva, sem qualquer embasamento empírico para manutenção da ordem pública e, ainda, em flagrante inobservância à situação vivenciada no país, adstrita à adoção de medidas preventivas e efetivas de combate à disseminação do Covid-19.

Desta feita, assevera o postulante a ausência de fundamentação idônea do fustigado decreto preventivo, despido dos requisitos autorizadores do cárcere processual do paciente, nos moldes dos art. 312 e 315, ambos do CPP.

Nesse contexto, roga o impetrante pela revogação das prisões preventivas alhures, expedindo-se em favor das pacientes premente alvará de soltura e, na sequência, sejam-lhe concedidas a liberdade provisória incondicionada ou, mediante a cominação de

Superior Tribunal de Justiça

medidas cautelares alternativas, não prisionais, nos moldes do art. 319 do CPP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente